

Brasil Mulher

ANO 2

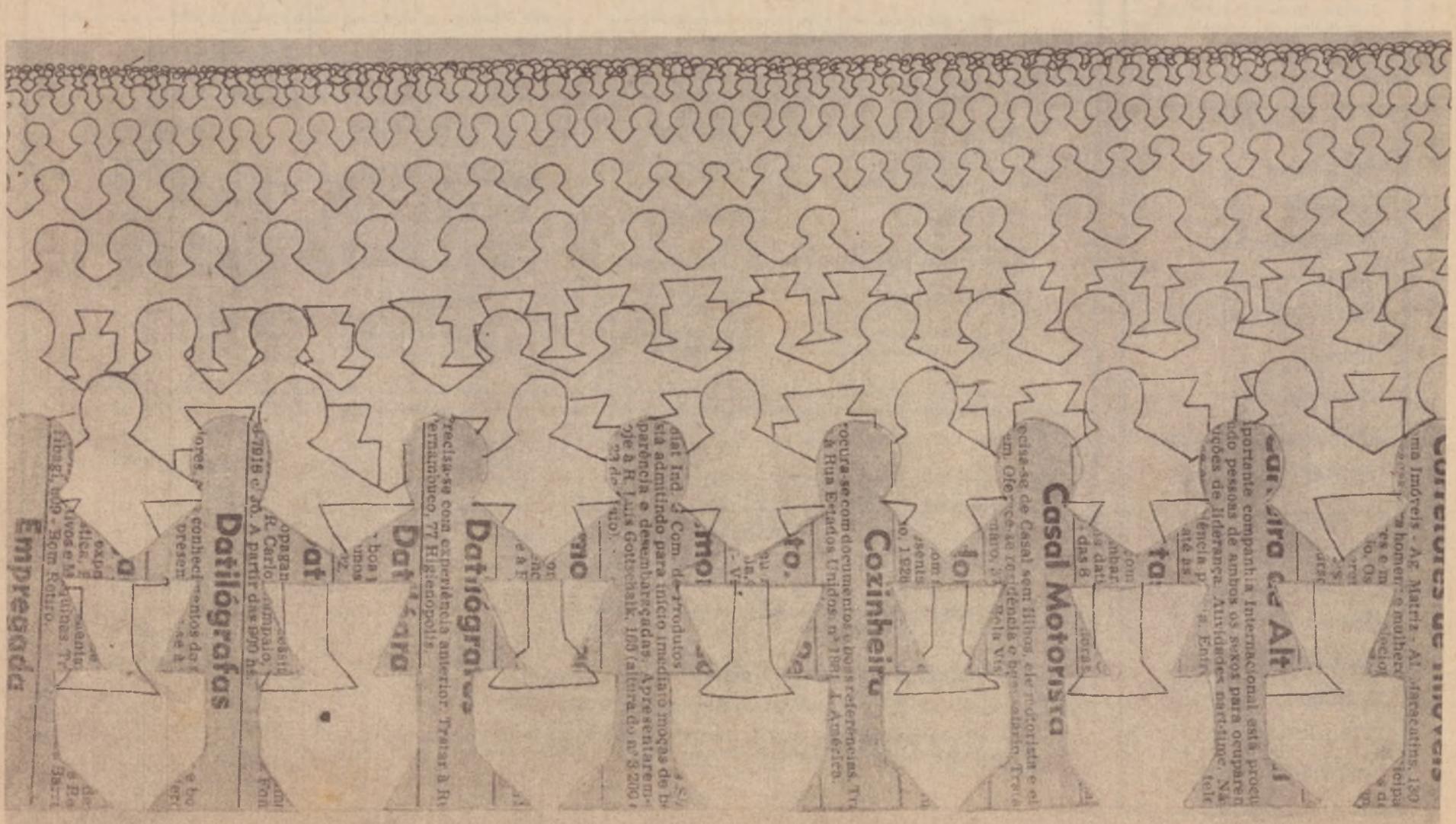
Março 1978 Nº 11

Cr\$ 8,00

1º

CONGRESSO DA MULHER METALÚRGICA

A rainha do lar	Dia Internacional da Mulher	Mulher na oposição do Rio
Página 12	Página 3	Página 10



BRASIL MULHER

Diretora Responsável: Adélia Lucia Borges de Gusmão, Conselho Editorial: Amelinha de Almeida Teles, Ana Castelo Branco, Ângela Borba; Beatriz de V. Bargieri, Luiza Miriam Martins, Mirtes Leal, Rosalina Santa Cruz Leite.

Colaboradores: Albertina de Carvalho, Ana Elena, Ana Maria Silva, Aparecida M. de Oliveira, Bárbara Ferreira Arena, Beth Lobo, Carlos Manuel Carolino, Elizabeth Sardelli Magini, Elza Machado, Glorinha, Iara G. Areias Prado, Ieda M. Areias, Janina Maria Adamenas, Kátia Antunes de Andrade, Leda Beck, Lena Lavinas, Madá Barros, Maria Elisa Leonel, M. Luiza Fernandes, Maria Prudente de Moraes, Maria Quinteiro, Maira Tereza Ghirinheiros, Marisa Sobral, Maristela Debenst, Mariene Crespo, Marli de Araujo, Monica S. de Barros, Mouzat Benedito, Nana Gama e Silva Rachel Moreno, Vela Lúcia L. Soares e Valquiria Queiróz.

Programação Visual: André Bocato.

Capa: Dina Beck; Lay-out: André Bocato, Leda Beck

Ilustrações: Arthur Cida Spinola, Ciça, Conceição Cahu, Dina Beck, Laerte, Laura, Valentim Lino.

Fotografia: Ana Mria Silva, Globo.

Diagramação: Alex, Gelsa, André Bocato, C.A. Teles.

Distribuição: M. Tereza Ghirinheiros, Carlos Manuel Carolino, Consolacion Fernandes.

Correspondente: Vanice Rahal (México).

Dep. Jurídico: Márcia Ramos de Souza, Luiz Eduardo Greenhalg.

Esta publicação é de propriedade da Sociedade Brasil Mulher.

Sede em S.Paulo: Rua Arthur Prado, 637 - Paraiso - Caixa Postal: 19.238. Tiragem: 10.000 exemplares.

Composição: Editora Afa Ltda.

Av. Liberdade, 704 — Março de 1978.

Venda do Brasil Mulher: Rio de Janeiro: Livraria Entrelivros, Centro da Mulher Brasileira: Av. Franklin Roosevelt, 39 sala 713, Livraria Folhetim, Muro Livraria e Editora Ltda: Rua Visconde de Pirajá, 82 sala 102; São Paulo: Livraria Diadorm: Praça D. José Gaspar, 106, loja 19, Editora Dist. Avançado: Rua Aurora, 704.

Recife: Livraria Dom Quixote: Av. Conde de Boa Vista, 250, loja 4.

Curitiba: Livraria Chinone Ltda.

Nota da Redação: A capa do nº 10 foi feita por Valentin Lino.

LEIA

- Em tempo
- Amanhã
- Nós Mulheres
- Versus
- Paca-tatu, Cutia não
- Invasão
- Movimento
- Poesias Populares (Jornal do Poeta)
- O Repórter
- Capa
- O Crivo
- Gota
- Varadouro
- O Beijo
- Pasquim
- Cobras de Vidro

UM DIA DE LUTA

No dia 23 de fevereiro, o Ministério do Trabalho divulgou o texto final, já aprovado pelo presidente Geisel, do capítulo da CLT, que tratado trabalho feminino.

O novo texto **estende às mulheres trabalhadoras** certas normas que já prejudicavam os trabalhadores em geral. De fato as alterações propostas pelo projeto de lei foram mais de forma do que de conteúdo. A rigor as únicas novidades referem-se a permissão da mulher trabalhar à noite e a liberação da Hora extra.

Por outro lado, em relação a alguns direitos adquiridos, mencionados na CLT, o novo projeto apresenta um retrocesso. Quanto a estabilidade da trabalhadora gestante, os sindicatos já vinham, através de dissídios salariais conseguindo uma estabilidade maior do que a prevista no projeto: garantia-se o emprego da gestante até sessenta dias após seu retorno ao trabalho.

Nem a liberação do horário noturno, nem a hora extra, são reivindicações das mulheres trabalhadoras. Muito pelo contrário. A ampla cobertura do 1º Congresso da Mulher Metalúrgica, que o **Brasil Mulher** pública nesta edição, em seis páginas, revela que as trabalhadoras estão empenhadas exatamente em lutar **contra** o horário noturno e a hora extra. E não só para elas: «Ninguém deveria fazer horário noturno se os salários fossem justos», disse uma das participantes do Congresso.

Neste momento, em que, além de não conquistar novos direitos, a mulher perde alguns, a divulgação dos depoimentos colhidos pelo BM, no 1º Congresso da Mulher Metalúrgica é, sem dúvida, uma boa maneira de contribuir para as atividades do 8 de março - Dia Internacional da Mulher. Pelo terceiro ano consecutivo, as mulheres paulistas vão se reunir para debater seus problemas: no dia 4 de março, em grupos de discussão; no dia 8, numa grande concentração, durante a qual será lido o documento baseado nos debates do dia 4.

O BM convoca todas as mulheres para que, neste ano, as atividades de comemoração do Dia Internacional da Mulher sejam o marco inicial de um movimento de unidade dos grupos interessados na luta da mulher, visando a continuidade do trabalho ao longo de todo o ano. Se a causa é comum a esses grupos, eles devem permanecer unidos, desenvolvendo um trabalho conjunto pela emancipação da mulher, compreendida como elemento fundamental da emancipação de todos os trabalhadores.

A nova mulher nascerá de uma luta ampla e contínua, que não se manifesta apenas em datas comemorativas. Mas este 8 de março pode e deve ser o princípio de uma unidade duradoura, que nos mantenha juntas - donas de casa, operárias, intelectuais - na luta por uma sociedade melhor e mais justa.

VOCÊ NÃO PODE DEIXAR DE ASSINAR O "PACOTE DA IMPRENSA INDEPENDENTE"

Movimento lançou uma nova campanha de assinaturas: ao assinar Movimento, ao mesmo tempo você assina outros jornais e revistas da imprensa democrática. São dois os planos:

- **Plano 1:** Você assina, por um ano, além de Movimento, mais três publicações à sua escolha. Por apenas Cr\$ 800,00.
- **Plano 2:** Você assina, por um ano, além de Movimento, mais seis publicações à sua escolha. Por apenas Cr\$ 1.000,00.

O "pacote" inclui as mais conhecidas e mais respeitadas publicações da imprensa democrática de todo o país.

BRASIL MULHER

jornal feminista
mensal de São Paulo

ESTEIO

jornal mensal do Centro
Mineiro de Cultura Popular

DE FATO

jornal mensal
de Belo Horizonte

VERSUS

revista mensal
de São Paulo

COOJORNAL

jornal mensal da
Cooperativa dos Jornalistas do RGS

POSIÇÃO

jornal quinzenal
de Vitória (ES)

O SÃO PAULO

jornal semanal
da Arquidiocese de São Paulo

REVISTA DO CEAS

publicação do Centro de Estudo
e ação social dos Jesuítas da Bahia

MUTIRÃO

jornal mensal de texto
e reportagem de Fortaleza (CE)

RÁDICE

revista trimestral
de psicologia (RJ)

Conheça os problemas de nosso país e do mundo através de fontes seguras e criteriosas de informação. Informe-se de forma democrática e ajude a democratizar e popularizar a informação. Para assinar ou dar de presente o nosso "pacote", basta preencher o formulário abaixo:

nome _____
endereço _____
cep _____ profissão _____ idade _____
cidade _____ estado _____

Desejo fazer uma assinatura de Movimento e das publicações assinaladas ao lado segundo o:

PLANO 1 (Cr\$ 800,00 — Movimento + 3 publicações)

PLANO 2 (Cr\$ 1.000,00 — Movimento + 6 publicações)

Estou enviando o cheque nº _____ em nome de Edição S/A — Editora de Livros, Jornais e Revistas. Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 625. Pinheiros, São Paulo — SP. CEP 05415.

- BRASIL MULHER
- ESTEIO
- DE FATO
- VERSUS
- COOJORNAL
- POSIÇÃO
- O SÃO PAULO
- REVISTA DO CEAS
- INÉDITOS
- MUTIRÃO
- RÁDICE

8

DE MARÇO

UMA HISTÓRIA DAS LUTAS DA MULHER



A 8 de março de 1908, numa fábrica têxtil e, Nova York, as operárias revoltaram-se e ocuparam a fábrica. Como represália, seus patrões ateiam fogo ao prédio e 129 trabalhadoras morrem queimadas. Dois anos depois, em 1910, no 12º Congresso Internacional de Mulheres Socialistas, em Copenhagem, escolheu-se o dia 8 de março como Dia Internacional da Mulher.

Mas a luta pela libertação da mulher já tinha iniciado no século XIX, quando elas reivindicaram participação política, melhores condições de trabalho, independência econômica, e valorização como pessoa. Nesse século surgiu, na França, na Inglaterra, na Alemanha e em outros países, vários movimentos feministas procurando conquistar o voto para a mulher. Nos Estados Unidos o movimento tomou caráter anti-escravista e, em seguida, as feministas norte-americanas aderiram às sufragistas europeias.

O voto da mulher só foi conquista em 1917, na União Soviética, com a revolução socialista; em 1918, na Alemanha; em 1919, nos Estados Unidos; em 1928, na Inglaterra; em 1944, na França. E no Brasil em 1934.

No Brasil, a mulher participou dos movimentos grevistas de 1907, das lutas operárias da década de 1910, principalmente da greve em geral em São Paulo de 1917. Em 1918, esteve na Insurreição dos têxteis do Rio de Janeiro e nos comícios «pela paz e contra a carestia de vida».

Os sindicatos promoviam intensas atividades entre as trabalhadoras, convidando-as a participarem. Deliberou-se, no 1º Congresso de 1906, a organização de setores que ainda não se filiavam a sindicatos, como as mulheres e os trabalhadores rurais.

Já nas primeiras organizações operárias mostravam-se sensíveis às limitações da participação feminina e às condições específicas de incorporação da mulher ao movimento operário. A mulher deve, de fato, ultrapassar a simples função de «governadeira», cuja capacidade de decisão e raciocínio são dirigidas tão somente para os afazeres da casa. É necessária a socialização do trabalho doméstico, com a criação de creches e jardins de infância, por exemplo. A perfeição do trabalho depende de ser ele dividido e subdividido, tanto na indústria como em casa, para que não existam «burros de carga».

As mulheres conscientes também consideravam importante a educação da mulher operária. Os sindicatos promoviam palestras e cursos, tinham centros de estudos, grupos de teatro. Era e é preciso conscientizar a mulher.

A MULHER TRABALHADORA SINDICAL E O MOVIMENTO

O despertar das trabalhadoras é tarefa das trabalhadoras

O trabalho feminino esteve também entre as reivindicações operárias. No movimento dos tecelões, em 1917, foi grande a participação das mulheres e a solidariedade entre os operários e as operárias das greves, comícios, passeatas e boicotes realizados. Os trabalhadores se levantavam, como hoje, contra o trabalho noturno de mulheres e crianças e por salários iguais para homens e mulheres, além de lutar, também, pela jornada de oito horas e por aumentos salariais.

A 1º de maio de 1919, as costureiras de São Paulo, em greve, promovem um comício público, ao qual comparecem muitas companheiras. Em 1920 é realizado o 3º Congresso Operário Brasileiro, do qual participam delegadas da União das Costureiras do Rio de Janeiro. As operárias foram um dos temas do Congresso, aconselhando-se vivamente a participação das trabalhadoras na vida sindical e sua educação social e intelectual, e repelindo-se as brutalidades de patrões e contramestres. Também houve manifestações contra o trabalho noturno e por salários iguais aos dos homens.

Contudo, as reivindicações das trabalhadoras permanecem ainda hoje. É na união das mulheres e na participação efetiva dos sindicatos, fortalecendo a organização operária, que se conseguirá fazer valer o que é de direito aos produtores da riqueza do país. O 1º Congresso da Mulher Metalúrgica, promovido pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, foi uma das formas de retomar a luta das trabalhadoras brasileiras pelos seus direitos.

A MULHER E AS LUTAS GERAIS NO BRASIL

Em 1919, a bióloga brasileira Berta Lutz participa do Conselho Feminino da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em cuja primeira conferência foram aprovados dois princípios básicos: salário igual sem distinção de sexo; e obrigação, por parte dos países participantes, de incluir mulheres na organização de um serviço de inspeção para assegurar a proteção dos trabalhadores.

Em 1922, Berta Lutz funda a Federação Brasileira para o Progresso Feminino, que tratava a luta em termos sociais, políticos e econômicos. A FBPF movimenta a opinião pública e abre a luta em várias áreas para conseguir o voto da mulher, uma vez que a Constituição de 1891 não deixara explícito o direito da mulher ao voto. As sufragistas brasileiras vencem em 1934, quando a segunda Constituição republicana lhes dá o direito ao voto.

Nesse ano é fundada a União Feminina entre mulheres intelectuais e operárias, que participam também da Aliança Nacional Libertadora, que foi colocada fora da lei em 1935.

Em 1936 a 1937, Berta Lutz foi representante na Câmara, onde elaborou o projeto de lei criando o «Estatuto da Mulher», concedendo à mulher trabalhadora dois períodos de meia hora por dia para a amamentação, licença especial remunerada por ocasião do parto, redução para 20 do número de trabalhadores de cada unidade produtiva obrigada a instalar creches.

Em 1949, foi fundada a Federação de Mulheres do Brasil, lutando contra a escassez de gêneros de primeira necessidade e, sonegados e vendidos a preços altíssimos. Nesse mesmo ano, as mulheres organizam uma passeata que enfrenta forte repressão policial, mas conseguem abrigar na Câmara dos Vereadores, onde reforçam a decisão de lutar contra a carestia e suas causas.

Lutam ainda pela anistia dos presos políticos, ao lado da União Nacional dos Estudantes (UNE). Conseguida a anistia, a Federação se transforma em Comitê de Mulheres pela Democracia. No governo Kubitschek, várias associações feministas foram fechadas e proibidas judicialmente. Em 1964, a Liga Feminina da Guanabara, fundada em 1960, foi obrigada a cessar suas atividades políticas, sociais e econômicas.

Antes e depois: operárias demitidas !

Em fevereiro, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, Luis Inácio da Silva, foi convidado a comparecer à Polícia Federal -- segundo se esclareceu depois -- para apurar as denúncias feitas por operárias do I Congresso de Mulher Metalúrgica, realizado nos dias 21 e 28 de janeiro.

Para comprovar as denúncias, Luis Inácio deverá enviar à polícia um relatório contendo provas, entre as quais o presidente do Sindicato citou as estatísticas do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos) e a demissão de pelo menos dez operárias de uma só fábrica, por terem participado do Congresso.

Demissão e ameaças

Eva Elza Rodrigues, de 19 anos, foi demitida da Blindex, -- indústria de autoparças da região do ABCD, na Grande São Paulo -- mesmo antes do Congresso, por ter dado entrevista a um jornal da região, denunciando atitudes da empresa, como a imposição de férias coletivas ao operário, problemas de salários e condições de higiene e de trabalho na fábrica, discriminação em relação ao trabalho masculino e recusa da admissão de mulheres casadas.

A demissão foi acompanhada de ameaças de prisão e inquérito policial que não se efetivaram -- segundo o chefe -- pelo fato de ela ser menor de idade.

No entanto, o fato de uma pessoa ter opiniões e divulgá-las não é motivo de dispensa de empregado. A intenção era a de intimidar e desestimular as mulheres, para que não se pronunciem sobre seus direitos de trabalhadoras, atingindo também os homens com as mesmas pretensões.

Como a entrevista tratava do Congresso da Mulher Metalúrgica, fica clara também a intenção de infundir medo às pessoas que pretendem se organizar para melhor defesa de seus direitos. Luis Inácio, falando à revista *Veja* (8/2/79) sobre essa demissão, não se impressionou: «Se isso acontece com os homens, não poderíamos esperar que fosse diferente com as mulheres», decepcionando as pessoas que esperavam que ele assumisse a defesa das mulheres perseguidas pela participação no Congresso do sindicato que encabeça.



Arte

Maria Helena, operária da Arteb, participou dos grupos de preparação do Congresso, prestando depoimentos quanto à sua situação no trabalho. Foi lá que soube do caso de Eva Elza,

solidarizando-se mas não esperando que o mesmo pudesse acontecer com ela, que tinha nove anos e meio de trabalho na empresa e era considerada das melhores operárias da seção.

Aprender a ficar longe

Além disso, o caso de Eva ficou conhecido de todos no Sindicato, no segundo dia do Congresso, ocasião em que operárias de diversas fábricas -- em todos os grupos -- discutiram as tentativas de intimidação. A diretoria do sindicato chegou a fazer uma advertência pública de que as ameaças não poderiam continuar, e pediu às operárias que eventualmente fossem perseguidas em função do Congresso que fossem ao sindicato para a resolução do problema.

E foi o que fez Maria Helena, ao ser despedida: «Eu bati o cartão e depois subi para lavar o rosto», explicou. «Fui eu e mais algumas colegas. Alguém contou pro chefe e fui despedida por justa causa. Do grupo, só eu». No dia seguinte, o chefe justificou-se com as colegas de Maria Helena: «Pois é, eu não gostei de ter que fazer isso, mas é pra vocês ir aprendendo que têm que ficar longe desse negócio de Congresso de sindicato».

Maria Helena foi ao sindicato e falou com o advogado, dr. Nelson: «Mas eu achei que ele não me pareceu com vontade de fazer nada, não». Expedito, componente da chapa única que concorre às próximas eleições, tomou a defesa do órgão: «Se o

sindicato não conseguir fazer nada, a gente não deve culpar o sindicato, nem por ser despedido, nem por não conseguir fazer nada a respeito. A gente tem que saber que alguns operários têm que ser sacrificados mesmo, pro resto avançar».

Na mesma semana foram despedidas mais cinco operárias da Arteb, todas participantes do Congresso. Segundo Expedito, foram mandados às empresas atestados para justificar as faltas. E as empresas aproveitaram os atestados para marcar as operárias que participaram do Congresso.

Advertências, suspensões

O próprio Expedito informou que outras firmas estão dando advertência, suspensão ou demissão pelo mesmo motivo. A Polimatic é uma delas. Outra é a Metagal, de onde -- segundo Severino, um dos membros do Sindicato que participaram ativamente da preparação do Congresso -- despediram as três operárias que participaram das discussões anteriores.

E o sindicato, o que pode fazer a respeito? Quem responde é Luis Inácio: «Estou pensando em marcar uma reunião com o pessoal da Arteb, para a turma tomar uma posição diante da dispensa dos cinco companheiros. Mas tá difícil: esse semana estamos preparando as eleições; na semana que vem vai ter as eleições e vou ter que ir pra Brasília -- fui convidado pela missão Portella. Na outra, começam as reuniões pelo sindicato. Acho que vai dar pra marcar só depois».



NA MESA, NENHUMA MULHER



«A igualdade que a gente quer não é a de poder trabalhar em trabalhos pesados, insalubres, fazer horas extras ou trabalhar à noite. Se querem igualar a mulher ao homem, nada mais justo do que igualar o salário da mulher ao do homem.»
(de uma das participantes do Congresso)

Era sábado, 21 de janeiro. Com um certo atraso, foi aberto o 1º Congresso da Mulher Metalúrgica de São Bernardo do Campo e Diadema. Na mesa, a diretoria do sindicato, os conferencistas. Nenhuma mulher. Presente, 300 participantes.

Estavam inscritas 800 participantes, mas várias fábricas resolveram fazer a compensação da segunda-feira, e carnaval justamente nos dois sábados (21 e 28 de janeiro) em que se realizou o Congresso. Além disso, ameaçaram as trabalhadoras de demissão em caso de participação. Em vista disso tudo, 300 não é um número tão pequeno. E a própria realização do Congresso já representa uma vitória.

Os objetivos primeiros e a posição do sindicato

O número de trabalhadoras no setor metalúrgico vem aumentando sensivelmente. Isto se deve a vários fatores, sobretudo ao custo mais baixo da mão-de-obra feminina. Mas esse aumento não significou sua maior e mais ativa participação no sindicato: nos congressos metalúrgicos de 74 e 76, o número de mulheres participantes não chegou a cinco.

O sindicato tinha que fazer alguma coisa. Afinal, o contingente feminino é bastante grande e, ao sindicato, muito interessante: a entidade precisa dessas mulheres, conta com a sua força em suas lutas. O Congresso foi a maneira que o sindicato encontrou de trazer para si as mulheres metalúrgicas, de fazer com que participem mais efetivamente de seus projetos, de suas reivindicações.

O momento é o mais oportuno: as tão faladas modificações na legislação trabalhista, com a permissão da hora-extra e do trabalho noturno para a mulher, vêm se transformando numa questão polêmica que só as verdadeiras interessadas poderiam discutir.

Leis especiais para a mulher ou igualdade de condições?

O Congresso se constituiu de conferências, discussões em grupo e sessões plenárias. O primeiro conferencista, Almir Pazzionoto, abordou o tema «A Mulher e a legislação». Como advogado do sindicato, Almir apontou duas correntes com relação ao trabalho feminino: uma defende leis especiais que protejam a mulher; a segunda quer

igualdade de condições para homens e mulheres. Referindo-se às leis de proteção à mulher, o advogado lembrou as existentes na Constituição e que não estão sendo cumpridas pelas empresas. As mulheres fazem horas extraordinárias, trabalham à noite, não têm os descansos que a lei manda, trabalham em lugares insalubres e com péssimas condições higiênicas, são dispensadas por gravidez ou casamento, não contam com creches, carregam peso acima dos limites estipulados por lei e nem sempre têm respeitados seus períodos de pré e pós parto.

A legislação proíbe, ainda, a diferença salarial por questões de sexo. Quanto a isso, vale salientar os dados apresentados por César Conconem, do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos): uma metalúrgica ganha, em média, 40% menos do que um metalúrgico; o salário médio dos homens é de Cr\$ 5.600,00 e o das mulheres é de Cr\$ 3.466,00.

Paulo Vidal, secretário do sindicato, falou sobre «A Mulher e a condição de trabalho», detalhando problemas das mulheres nas indústrias metalúrgicas, «que foram montadas sem prever a admissão de mulheres e têm ambientes hostis a elas». Annez Andraus, socióloga do DIEESE, discorreu sobre «A mulher e o sindicato», abordando os problemas das metalúrgicas enquanto classe e a questão feminina.

Trabalho noturno e hora extra: vantagens para o empregador

Quanto ao trabalho noturno e às horas-extras, a opinião das metalúrgicas foi unicamente contrária: não deveria existir trabalho noturno nem para elas nem para os homens. O problema não está em aumentar a jornada de trabalho da mulher e sim igualar seu salário ao dos homens.

«Não somos contra o fato de a mulher ter os mesmo direitos do homem, mas se a mulher começar a fazer trabalho noturno, o empregador vai levar vantagem», dizia uma das participantes. Outra afirmou: «Se vier o trabalho noturno, as mulheres casadas que estão nas firmas podem ser obrigadas a trabalhar à noite e isso vai prejudicá-las na sua familiar. As empresas podem fazer pressão para elas trabalharem à noite, ameaçando despedi-las, mudar de cargo.»

As metalúrgicas lembraram que já fazem horas extras, já trabalham muito mais do que as oito horas diárias; não só por necessidade — para aumentar seus rendimentos — mas também por imposição das indústrias. Uma delas diz: «O sacrifício não compensa o cansaço, os descontos também aumentam. E o pior é receber as extras no fim do mês. É preciso brigar muito e às vezes nem se consegue».

departamento Feminino pode dividir os trabalhadores?

Depois das conferências, foram formados grupos de discussão (12 no primeiro sábado, 14 no segundo) compostos por metalúrgicas, um coordenador do próprio sindicato e uma relatora, participante do Congresso. Discutiu-se muito e os assuntos foram extraídos das palestras e enriquecidos pelos relatos e experiências pessoais das participantes.

Entre várias outras propostas — desde a criação de creches até o direito à greve e a igualdade de remuneração para funções iguais — e criação de um Departamento Feminino dentro do Sindicato dos Metalúrgicos foi uma das mais defendidas pelos grupos de discussão. Mas o presidente do sindicato, Luiz Inácio da Silva, o Lula, acha que «um Departamento Feminino viria dividir a luta dos trabalhadores». Para ele, «O importante é trazer a mulher para dentro do sindicato, fazê-la participar da vida sindical».

Grande parte das congressistas, entretanto, parece ir um pouco além das lutas gerais, lado a lado com o trabalhador. Para elas, há lutas específicas da mulher, e o Departamento Feminino seria um lugar para discussão desses problemas: «O sindicato tem fama de ser o lugar da perdição, onde os homens fazem propostas... O Departamento Feminino pode acabar com essas idéias. Lá a gente poderia discutir os problemas da gente. Você viram: na mesa que dirigiu o Congresso só tinha homem. É claro que eles vão puxar a brasa pra sardinha deles».

O Departamento não foi mesmo criado no Congresso. Dele, só saiu uma «comissão aberta que junto à diretoria, analise a melhor forma de participação das trabalhadoras nas atividades sindicais». Mas nem tudo está pronto. Os congressos femininos devem continuar. Para março já há dois programados, em Osasco e Santo André.

ESTA LUTA DEVE CONTINUAR

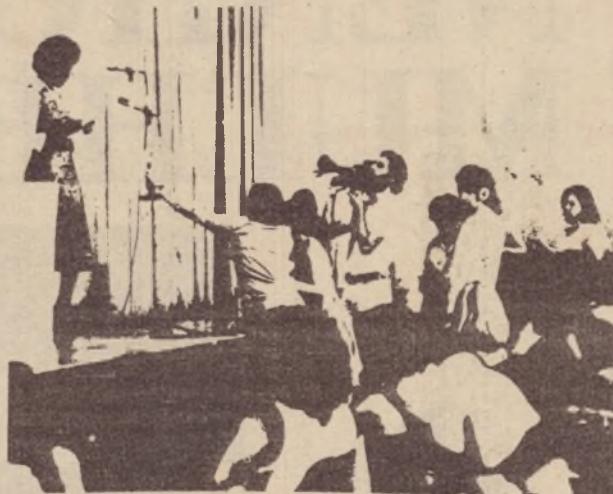


O 1º Congresso da mulher Metalúrgica foi um acontecimento da maior importância. Tanto pelo avanço da luta da mulher pela participação em pé de igualdade com o homem, em todos os campos da vida social, como para o fortalecimento da luta sindical. Os méritos da diretoria do Sindicato em ter convocado este Congresso são inegáveis. No entanto, a diretoria não se mostrou suficientemente interessada em promover uma maior integração das operárias na vida Sindical, uma vez que nem os pronunciamentos da mesa, nem os encaminhamentos dados aos debates conduziram à criação de canais que permitissem a ampliação da participação da mulher na luta sindical. Os debates também não permitiram discussão da relação entre a luta específica da mulher trabalhadora e a luta contra todos os aspectos de exploração e de opressão que atingem igualmente o conjunto da classe operária, tais como o arrocho salarial, a falta de liberdade sindical e o direito de greve.

Apesar disso, o saldo deixado pelo Congresso foi positivo porque foram levantados e debatidos diversos aspectos dos problemas específicos que sofre a mulher trabalhadora, proporcionando elementos para que o movimento sindical se amplie incorporando estas bandeiras. E finalmente, porque os diversos problemas que dificultam e limitam a participação da mulher na vida sindical foram discutidos por quem mais os sofre na carne — as próprias mulheres.

A mulher é mais explorada do que o homem

A exploração a que a mulher trabalhadora é submetida dentro da fábrica é ainda maior que a do homem. Este fato foi plenamente reconhecido pelo Congresso. Seus salários são significativamente mais baixos, mesmo que executem o mesmo trabalho. Essa discriminação que coloca o trabalho da mulher como inferior e complementar ao do



homem só traz benefício aos patrões e nunca aos trabalhadores. O relatório de um dos grupos de discussão afirma: «A mulher faz o mesmo trabalho que o homem sem nenhuma diferença: produz mais, com menos liberdade, com mais medo, trabalhando mais e recebendo menos».

Mas não só a questão do salário foi tratada pelo Congresso. O não cumprimento sistemático da legislação trabalhista nas fábricas e as próprias falhas desta legislação foram amplamente denunciadas: a falta de creches e berçários, de restaurante coletivos; o direito de amamentar durante o período de trabalho; desrespeito à estabilidade de mulher gestante etc. Estas questões, afirmaram algumas metalúrgicas, «são profundamente sentidas por todos nós, mas muitas vezes não são percebidos pelos nossos companheiros». Este alerta foi muito importante. Muitos sindicalistas percebem que a baixa participação de mulheres nas lutas sindicais não ajuda em nada a luta da classe operária. No entanto, não compreendem que para elevar esta participação é imprescindível ter os olhos abertos para todas as reivindicações das trabalhadoras.

Por que um Departamento Feminino?
A criação de um Departamento Feminino foi a sugestão que ganhou a simpatia da maioria das metalúrgicas presentes. O Departamento Feminino do Sindicato seria um setor auxiliar, que se preocuparia especialmente em ajudar na organização da luta pelas reivindicações específicas da mulher trabalhadora e na elevação da sua participação na vida sindical. Mas, lamentavelmente, a diretoria do Sindicato rejeitou a proposta argumentando que isso dividiria a classe. Mas a classe já está dividida hoje, quando a participação da mulher é quase nula nas atividades sindicais. Para vencer esta divisão é imprescindível dar todo apoio às suas reivindicações específicas e à sua iniciativa na luta por essas reivindicações. Muitas metalúrgicas que jamais haviam pisado no Sindicato foram ali pela primeira vez quando a diretoria convocou o Congresso especial para discutir seus problemas. E o Congresso por acaso dividiu a classe? Quantas metalúrgicas que se sentem intimidadas em frequentar o Sindicato não se sentiriam mais estimuladas se soubessem da existência de um Departamento composto basicamente por mulheres? O Departamento Feminino, portanto, não divide. Pelo contrário, ele soma. É um canal a mais para a elevação da participação feminina na vida sindical.

Naturalmente, não é o único canal através do qual esta participação pode se dar e nem o simples fato de sua existência eliminaria, num passe de mágica, as barreiras que limitam esta participação. Mas em ambos os casos ele ajudaria bastante.

«Temos um objetivo: fazer avançar a luta conjunta dos trabalhadores e nunca colocar a mulher contra o homem; avançar na busca da solução dos nossos problemas específicos, que só será alcançada com a luta comum de todos os trabalhadores». Esta era a linguagem das metalúrgicas que defenderam a necessidade do Departamento Feminino.

AS REIVINDICAÇÕES DAS MULHERES METALÚRGICAS

Durante as discussões dos grupos, o Brasil Mulher pôde perceber diversas reivindicações levantadas pelas trabalhadoras, que com isso provaram ao Sindicato que existe dentro da problemática geral da classe operária, problemas que lhes são específicos e que devem constar de uma plataforma sindical:

- Salário igual para trabalho igual;
- Acesso a cursos profissionalizantes e a cargos de chefia sem discriminação por sexo;
- Iguais oportunidades de trabalhos;
- Contra o trabalho noturno para mulheres;
- Contra o abuso de autoridade pela chefia, consequência da maior submissão da mulher;
- Contra a paquera dos chefes e o desrespeito à sua condição de mulher;
- Pelo companheiro entre trabalhadoras e trabalhadores das fábricas;
- Contra o controle de tempo para ir ao banheiro;
- Pela criação de equipamentos públicos que permitam a redução da dupla jornada de trabalho;
- Por creches e berçários nas fábricas;
- Por restaurantes coletivos;
- Pelo direito de amamentação durante o período de trabalho;
- Por maior assistência médica à maternidade;
- Pela estabilidade e segurança para a mulher casada e gestante;
- Por melhor assistência médica;
- Por uma maior participação política e sindical;
- Pela criação do Departamento Feminino.

pesquisa

A EQUIPE DO BRASIL MULHER QUE PARTICIPOU DO I CONGRESSO DA MULHER METALÚRGICA ENTREVISTOU 30 DAS TRABALHADORAS PRESENTES, COLHENDO SUAS OPINIÕES SOBRE O TRABALHO, AS TAREFAS DOMÉSTICAS, A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA VIDA SOCIAL E POLÍTICA, O CASAMENTO, OS TABUS SEXUAIS. ENTRE AS ENTREVISTADAS, APENAS QUATRO ERAVAM CASADAS. A MAIORIA ERA BASTANTE JOVEM, COM NO MÁXIMO 25 ANOS DE IDADE. NESTA PÁGINA E NAS DUAS SEGUINTE, UMA SÍNTESE DOS DEPOIMENTOS COLHIDOS.

Se é de mulher, posso falar

Porque está participando do Congresso?

As respostas: «Procurando o sindicato, posso saber como é o trabalho e a firma onde trabalho»; «para conhecer as meninas de outras fábricas. Prá começar a se unir»; «participo porque é o início de resolver nossos problemas»; «se é de mulher, eu posso falar e escutar»; «acho importante para melhorar as condições da mulher»; «a participação dos homens também seria boa para saber das reivindicações da mulher e dar apoio e solidariedade».



O que você espera do Congresso?

«Que cumpra tudo o que falamos»; «do lado da operária, que seja incentivo para a mulher participar do sindicato, sair da obscuridade e ver a vida como é»; «que faça as empresas cumprirem as leis e darem melhor tratamento aos trabalhadores como pessoas humanas»; «que as resoluções do Congresso não sejam engavetadas; que se saiba e participe entre os trabalhadores e trabalhadoras no encaminhamento dessas resoluções; que não fique no papel, seja posto em prática; que seja divulgado nas fábricas o resultado do Congresso, suas resoluções».

Mulher está sempre por baixo

entrevistadas. «Tem hora prá ir ao banheiro, tem que ir uma de cada vez etc.»

Fazendo o mesmo serviço, mulher ganha menos que homem. Por que?

«Fazemos o mesmo trabalho mas não ganhamos igual; os homens são registrados como prensistas e as mulheres como práticas de injetora. Isso não tá certo. Pelo mesmo serviço tem que ganhar a mesma coisa, a não ser que o homem faça um serviço que a mulher não tem condições de fazer». Todas as trabalhadoras entrevistadas acham injusta a discriminação salarial da mulher, mas algumas acham que a razão disto é a que sempre foi martelada nas suas cabeças: «É que o homem é considerado pai de família», ou seja, é ele quem sustenta a casa.



mas, para brigar contra o mito da superioridade masculina, outras passam a afirmar que a mulher é superior: «Se o homem não dá produção eles trocam por mulher. Mulher trabalha mais, devia ganhar igual». E a mulher trabalha mais mesmo, porque, além da fábrica, tem o serviço doméstico, que é pesado, rotineiro e gratuito.

«Eles» são homens e se protegem

familia -- pais, marido -- até o trabalho -- chefes e supervisores. Isolada há tempos de uma vida mais participante, sobre-carregada pelo trabalho doméstico e o cuidado dos filhos e do marido, a mulher se vê enfraquecida para reagir.

«Não há união entre as mulheres», disseram. «Os homens têm mais força, por isso as mulheres ficam por baixo». Por isso e por outras razões: como ir às assembleias sindicais se o trabalho espera em casa no fim do expediente? Como participar se o homem proíbe, se os companheiros não respeitam sua presença? Politicamente fraca, a mulher é mais facilmente enganada e explorada pelas empresas. Desunida, ela não defende seus interesses particulares e não consegue escapar da cami-



sa de força que a sociedade impõe.

«Eles são todos homens e se protegem. O dono da fábrica é homem e acha que o homem trabalha mais». Eles são tanto os patrões como os companheiros. Todos eles são vistos como um bloco que discrimina seu trabalho e sua participação mais ativa na vida da sociedade. Essa identificação entre patrões e operários num bloco masculino é reveladora da dupla dominação exercida sobre as trabalhadoras.

Pois interessa para as empresas manter a discriminação: a mulher é mão-de-obra mais barata. Mas será que interessa às mulheres e aos homens, trabalhadores, manter a discriminação da mulher?



pesquisa

Aí vai depender da ignorância dele

As mulheres devem casar virgens?

«Acho que virgindade deve ser conservada porque os homens dão importância a isso e se a mulher não é mais virgem, eles não confiam». O tabu da virgindade ainda aparece como obrigatório para a mulher ou então condicionado à posição do homem. Assim, a virgindade ainda não é para a maioria das mulheres uma escolha pessoal.

«Prá mim não é problema, mas acho que se deve falar com o homem. Aí vai depender da ignorância dele».

A dupla moral existente na nossa sociedade faz com que uma coisa seja certa para os homens e, ao mesmo tempo, errada para as mulheres. «Eu acho bacana ficar virgem até o casamento, pois é uma coisa que valoriza mais a pessoa e que se tem desde criança». Só uma das entrevistadas colocou a questão de que deveria haver maior compreensão por parte

dos homens: «Dependendo do relacionamento que se tem, a virgindade pode ou não ser mantida». Ou seja, a aceitação desse valor mostra a passividade da mulher dentro da sociedade que a opõe.

Entretanto, algumas das entrevistadas chegaram a levantar o risco de um casamento sem um prévio conhecimento sexual do casal, e que a igualdade deve também estar ligada à atividade sexual: «Virgindade é problema que não vale mais! Hoje em dia é até errado casar virgem...» «Não deve casar virgem. A igualdade deve existir também nisso, mas com um homem que se goste. A maior parte das operárias não casa virgem».

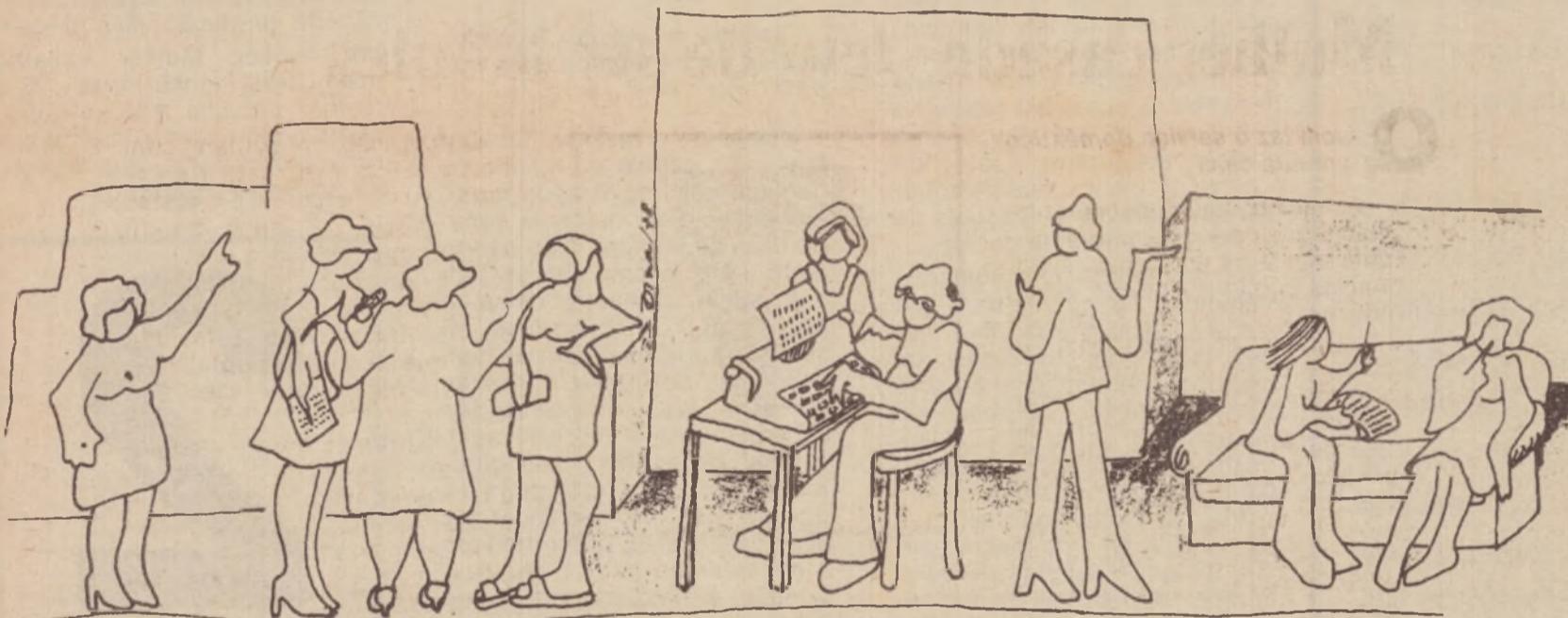
Uma mulher que fica grávida e não quer ter a criança, deve abortar?

Para manter o trabalho doméstico da mulher e sua função de gerar os futuros trabalhadores, a sociedade tira a possibilidade de a mulher escolher quando e quantos filhos quer ter, além de reprimir-la total-

mente nos assuntos ligados ao sexo. Esta repressão se faz mais presente ainda, por exemplo, no caso de aborto: «Aborto é errado! Deve ter a criança. O que é feito, é feito». «Acho que o aborto é pecado. Acho melhor ter e dar para outra pessoa criar». «Já que aconteceu, deve assumir».

A repressão sexual é feita de várias formas, seja pela difusão da idéia de pecado, a ausência de informações, seja pela falta de educação sexual. Todos esses fatores criam o tabu da ligação entre sexo, casamento e maternidade. «Não se deve eliminar uma criança nunca mesmo não tendo condições de manter». «Ela deve se responsabilizar, pois mesmo dentro da barriga já tem direito à vida». «Tem meios de controle. Só fica grávida quem quer».

Das entrevistadas, 26 são contra o aborto, e apenas 4, a favor. «Sim, deve fazer o aborto! Sei que fazer é errado, a gente deve sempre evitar de ficar grávida, mas deve-se também evitar que venha alguém no mundo pra sofrer».



O pior serviço dão prás grávidas

Quais são os direitos da trabalhadora gestante?

«Direitos que eles dão: três meses de licença e não pode mandar embora, mas minha firma manda». Esta resposta está entre as de seis operárias que conheciam apenas o direito à licença. Outras 15, entre elas uma casada, não conheciam nada a respeito. Cinco afirmaram ter aprendido alguma coisa no Congresso -- «agora posso informar as minhas colegas» -- e somente três (duas casadas) conheciam os direitos.

Mas todas comentaram muito o tema: «O pior serviço dão prás grávidas», disse uma. «Muitas firmas fazem as mulheres trabalharem até as vésperas de ter neném» lembrou outra.

Toda fábrica com mais de 30 trabalhadoras é obrigada a ter creche. Sua fábrica tem?

«A lei existe, mas nenhuma fábrica tem creche». De fato, nenhuma das fábricas onde trabalhavam as operárias entrevistadas (todas com mais de 30 mulheres empregadas) tinha creche. «Uma operária levou a criança prá fábrica e assim conseguiu ser mandada embora», conta uma das entrevistadas. Outra disse que, em sua empresa, «muita mulher grávida tem que pedir as contas» e uma terceira lembrou que as mulheres «têm medo de falar e ser mandadas embora». Algumas conseguiram avançar soluções para o problema: «As mulheres não reivindicam por falta de união. A creche poderia ser conseguida com a força do sindicato».



Quero ter um lar, filhos e nome

O que você acha do casamento?

Nas sociedades onde existe maior exploração, o ideal da mulher doméstica é passiva, dependente em relação ao homem é homem e mulher é mucrício-se o mito da esposa e mãe: «Cabe ao homem sustentar a casa e à mulher cuidar dos filhos», disse uma entrevistada.

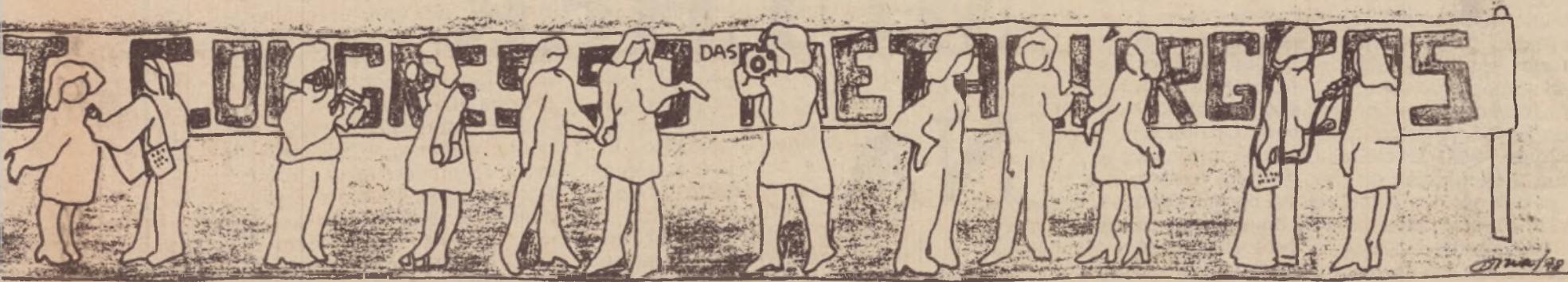
«Quero cuidar do meu marido e dos meus filhos», anunciou outra. Mas nem por isso a mulher é mais protegida; pelo contrário: geralmente nesses lugares as leis não protegem nem na gravidez, nem na amamentação.

Ela tem de criar os filhos sem contar com creches, escolas maternais, parques infantis ou assistência médica gratuita.

«Ter um lar é bom porque arruma a vida da gente; se o marido trabalha, a gente não precisa trabalhar». A sociedade condiciona a mulher a aceitar esse tipo de valor e a ver o casamento dessa forma. Então, cada vez mais, a dependência da mulher com relação ao homem aparece como algo racional e natural: «É assim porque homem é homem mulher é mulher». A mulher é vista como simples instrumento e complemento do marido. Uma das

entrevistadas explica porque casaria: «Quero abandonar o trabalho, já estou cheia...»

Mas é difícil negar o quanto é duro o «emprego de esposa». É um emprego sem férias, sem licença, sem salário: «A mulher trabalha em casa e na fábrica, se desgasta mais, envelhece e o homem fica todo boneco». A realidade é que para as mulheres trabalhadoras a jornada de trabalho aumenta com o casamento. São poucas as que insistem em continuar trabalhando depois de casadas, «mas não prá sustentar homem», como explicou uma delas.



Mulher casada tem de ser biônica

Quem faz o serviço doméstico em sua casa?

A mulher trabalhadora sofre uma dupla opressão: como operária, sente os problemas e violências comuns à classe; como mulher, é obrigada a desempenhar as tarefas domésticas, socialmente definidas como «femininas». «O homem só faz o trabalho de casa quando não tem nenhuma mulher que faça por ele», disse uma das entrevistadas. «Ser casada e ter filhos é uma responsabilidade muito grande. Sem saber como estão os filhos, não se trabalha direito».

O que é que faz com que estas mulheres, desmentindo o mito da mulher como «ser frágil», suportem a estafante jornada diária de trabalho que chega a atingir 13, 14, 15 horas? Na verdade, a responsabilidade dessa situação é da sociedade: é ela que impõe esta divisão de funções entre o homem e a mulher, cabendo ao homem o trabalho -- considerado mais importante -- de prover o sustento da família e à mulher o trabalho invisível e desvalorizado de criar condições para que o homem desempenhe suas funções, além de gerar a criar os filhos que serão os futuros trabalhadores.

Mas, levadas pela baixa renda familiar e pela alta do custo de vida, estas mulheres são obrigadas a assumir, junto com os homens, também o sustento da família. E assim começam a perceber que pesa sobre seus ombros uma dupla opressão.



«Acho que devia dividir o serviço de casa com o marido, caso a mulher trabalha fora». Afinal, o trabalho da mulher serve à sociedade como um todo. Por que o governo, através dos impostos pagos por todos nós, não cria creches, restaurantes e lavanderias públicas que melhorariam nossas condições de vida e trabalho?

o que você acha da hora extra? E do trabalho noturno?

«Não concordo com hora extra prá mulher, que tem que cuidar da casa. Homem pode porque não tem o que fazer em casa, fica à toa». Mas quase todas as mulheres trabalhadoras fazem hora extra; muitas acham que é ruim por ser desgastante -- «a mulher já tem o trabalho doméstico» --, mas que é o jeito de arrumar mais dinheiro («bom não é, mas como o salário é baixo, a mulher é obrigada a fazer», diz uma; outra: «a hora extra é principal prá quem precisa»).

Outras não concordam com horas extras nem para os homens e avançam propostas mais gerais: «É ruim; devem aumentar o salário e abolir a hora extra»; ou: «É terrível; se a firma precisa de mais gente, que contrate». Mas a maioria acha que deveria ser optativo -- e não obrigatório -- fazer hora extra.

Há outros fatores com relação ao trabalho noturno: «É chato prá mulher sair à noite», dizem, lembrando que o trabalho noturno «acaba com a saúde» e «é muito cansativo». Todas são contra o trabalho noturno para a mulher, mas no que se refere ao homem, as opiniões se dividem: «Pros homens é justo. Eles deveriam trabalhar mais, prá levar a família prá frente». E aparece o preconceito de que o homem é mais forte: «Homem aguenta mais»:

Mesmo entre as que se defendem contra o trabalho noturno do homem, aparece a aceitação de que cabe a mulher fazer o trabalho da casa e que o marido dormindo de dia atrapalha suas tarefas domésticas. Apenas uma das entrevistadas falou do problema de relacionamento homem-mulher: «Se os homens acham que são melhores do que as mulheres, então trabalhem à noite. Mas tem que ter tempo também prá namorar...»

Poucas lembraram que trabalhar à noite não interessa nem para homens nem para mulheres: «Ninguém deveria fazer horário noturno se os salários fossem justos», explicou uma delas.





A mulher precisa tomar seu lugar na sociedade como participante consciente, não como espectadora. Para tanto, é necessário que participe politicamente das entidades de classe.

A luta que norteia as divisas da Chapa 2 dos metalúrgicos do Rio de Janeiro, é a luta de todos nós, «por salários compatíveis com o real aumento do custo de vida, pelo cumprimento dos direitos conquistados pelos trabalhadores, por salários iguais para todo trabalho igual, pelo adicional de insalubridade, contra a exploração da mão-de-obra feminina, pelo incentivo à mulher na participação da vida sindical, pela garantia de emprego da mulher durante a gestação, pela criação de berçários nas empresas, por liberdades sindicais», pelo direito de viver.

A Chapa 2 dos metalúrgicos tem sua posse marcada para março próximo.

Antônia é trabalhadora da General Electric do Brasil e integrante da chapa vencedora. Ela é estudante de eletrônica no curso do Sindicato. O Sindicato mantém cursos técnicos profissionalizantes, em nível de 1º e 2º graus, para operários e dependentes, bem como cursos intensivos, na área metalúrgica e procuram colocar os formados nas empresas filiadas. Além desse curso, Antônia faz curso de inglês, aos sábados, para facilitar seu estudo de eletrônica.

Abaixo o bate-papo, que nós do BM, tivemos com Antônia:

BM- Por que você se candidatou a um posto no sindicato ?

A-Sempre tive vontade de participar porque faço parte da classe e gostaria de colaborar, inclusive para um maior aprofundamento das questões sociais, mas não havia surgido ainda uma oportunidade.

BM- Como surgiu esta oportunidade ?

A-Através de um amigo que é sindicalizado e sabia há muito das minhas aspirações.

BM- Qual foi a repercussão de sua candidatura entre suas colegas de trabalho ?

**SEMPRE TIVE VONTADE
DE PARTICIPAR
PORQUE FAÇO PARTE DA CLASSE.**

A- As mulheres se interessam pouco devido à falta de esclarecimentos. Somente um grupo muito pequeno frequenta as reuniões do sindicato, alegam não ter tempo porque têm que fazer ainda os serviços de casa, embora reclamem muito das condições de emprego. Também, não há uma certa convocação da classe, feita devidamente junto às empresas.

MULHER NA CHAPA DA OPosição

**AS MULHERES SE
INTERESSAM POUCO DEVIDO
À FALTA DE ESCLARECIMENTOS**

BM- Há quanto tempo você vem frequentando as reuniões do sindicato ?

A- Anteriormente vinha as reuniões porque estou frequentando as reuniões porque estou frequentando o curso do sindicato e os alunos são convidados a assistir, podendo tomar parte.

BM- Por que você estuda inglês ?

A- Alguns livros de eletrônica são impressos em inglês, e então eu preciso saber inglês para poder lê-los de forma a ter condições de me aperfeiçoar.

BM- Quais os tipos de questão discutidas nas reuniões do sindicato ?

A- Salários, fundação de delegacias regionais, férias, tudo que interessa à gente.

BM- Acha que o sindicato poderá realmente fazer alguma coisa pelo operariado ?

A- É difícil, mas é possível. Por exemplo, através de idéias no sentido da valorização de mão-de-obra pelos próprios operários.

BM- Sua inclusão na chapa teve alguma influência na decisão do pleito ?

A- Acho que se fosse um homem em

meu lugar, a situação seria a mesma, embora, talvez, não viessem a se interessar pelo tipo de coisa que eu estaria me interessando. Minha maior preocupação é a classe feminina, tentar trazê-las para o sindicato para participarem mais diretamente em torno de problemas de trabalho e também social.

**...TRAZÊ-LAS PARA O
SINDICATO PARA PARTICIPAREM
MAIS DIRETAMENTE**

Alega que Entre outras coisas, em algumas situações as mulheres fazem os mesmos trabalhos que os homens mas ganham menos. As vezes vão para uma determinada seção masculina por empréstimo e lá permanecem sem que sua situação jamais seja regularizada.

BM- Acha que a participação da mulher nos sindicatos poderia ser útil ?

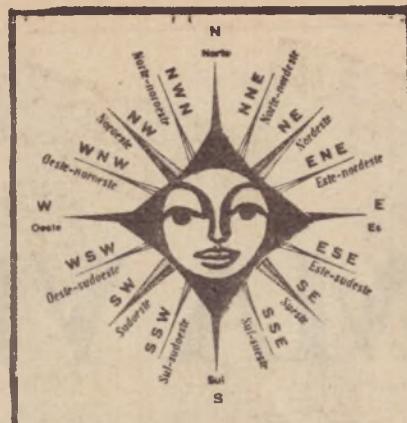
A- Não há participação maior pela falta de esclarecimento a respeito das atividades sindicais.

BM- De que forma poderia ser feito este esclarecimento ?

A- Através da convocação para a participação das mulheres nas atividades dos sindicatos. Formando-se grupos femininos...

TRABALHADOR, APÓIE QUEM QUER APOIAR VOCÊ!

ROSA dos VENTOS



UMA MANIFESTAÇÃO DAS MULHERES DE PARIS

5 de fevereiro em Paris. Numa grande manifestação, mulheres se reúnem para discutir o impasse sobre a legislação do aborto e o uso de anticoncepcionais. O encontro consiou de debates sobre métodos anticoncepcionais, troca de experiência sobre gravidez e aborto, denúncias de violências sexuais e informações sobre os grupos ligados ao movimento. Houve, ainda a projeção de um filme sobre o mais avançado método de prática de aborto e a apresentação de peças sobre o cotidiano da mulher.

A manifestação foi motivada pelas dificuldades que a lei que legaliza o aborto coloca para a interrupção da gravidez. Embora seja uma conquista do Movimento Feminista Francês, esta lei foi votada por apenas 5 anos, pode ser revogada a qualquer momento e implica

em várias etapas administrativas e burocráticas que só servem para fazer com que se esgote o prazo legal previsto para a interrupção da gravidez - 10 semanas de gestação, no máximo. Além disto, é a única lei ligada à assistência social que não prevê o reembolso de 70% das despesas à paciente, previsto para todo tipo de assistência médica na França.

A Coordenação dos Grupos de Mulheres de Paris, com o apoio de outras entidades, lançou um manifesto exigindo: abertura de mais centros de informação sobre aborto e anticoncepcionais; obrigatoriedade da prática do aborto em todos os hospitais, com reembolso; alongamento do prazo legal para 12 semanas; obtenção de 48 horas de licença para realizá-lo.

Cerca de 350 exilados já estão voltando à Bolívia. E que pressão deu a mais forte mobilização política de trabalhadores, mulheres, camponeses, políticos, presos e exilados que já enfrentou, o general Hugo Banzer, chefe do governo boliviano, concedeu anistia geral a todos os presos e exilados políticos.

O movimento, iniciado por um grupo de mães, esposas e filhos de mineiros exilados ou perseguidos pela polícia, em vinte dias atingiu o número de 1.200 pessoas. Tudo começou com a greve dos mineiros, que ganhava força com a adesão ou solidariedade de outras categorias profissionais e com o apoio de políticos filiados aos partidos extintos ou não. Houve intervenção militar, com prisões e exilios. Após várias pressões, o governo concedeu anistia parcial.

Em 28 de dezembro, sessenta mulheres e crianças iniciaram uma greve de fome no arcebispado de La Paz, por uma anistia ampla para exilados, presos ou perseguidos, pela reincorporação ao trabalho dos demitidos arbitrariamente e pela retirada das tropas militares que ocupavam os distritos mineiros.

Em poucos dias, o movimento se ampliou. Abrigados em arcebispedados, capelas, no jornal católico «Presencia» e na representação da ONU, nove grupos de grevistas persistiram na luta.

Adesões e moções de solidariedade engrossaram o movimento. A Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros entregou aos grevistas um comunicado declarando

todos os trabalhadores do subsolo em estado de alerta. Seguiram-se manifestações de apoio do Sindicato da Fábrica de Calçados Manaco, de Cochabamba, de organizações universitárias de La Paz e Cochabamba, do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) e outras organizações. Figuras importantes na vida política do país, no período anterior ao golpe do general Banzer, também aderiram à greve de fome. A Assembléia Permanente dos Direitos Humanos da Bolívia envia um telegrama à Organização dos Estados Americanos (OEA), denunciando a situação dos grevistas e pedindo solidariedade.

A reação do governo - na pessoa do ministro do Interior, general Guilhermo Jimenez - foi a de invadir três dos locais onde se abrigavam os grevistas. Mas, cerca de mil pessoas prosseguiram com a luta em vários pontos da Bolívia. O movimento começava a ganhar repercussão internacional: em Paris, membros do Comitê de Solidariedade à Luta do Povo da Bolívia iniciaram greve de fome de 48 horas; em Caracas (na Venezuela) e no México, exilados bolivianos também apoiaram, entrando em greve de fome.

Pedindo a solidariedade das organizações trabalhistas de todo o país, a Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros anuncia uma paralisação de 24 horas.

Finalmente, em 18 de janeiro passado, vinte dias após o início da greve de fome, Banzer cedeu às pressões dos grevistas, concedendo a anistia geral. No entanto, recusou-se a acabar com a ocupação militar dos distritos mineiros.

EXILADOS

DE VOLTA À BOLÍVIA



ERA UMA VEZ

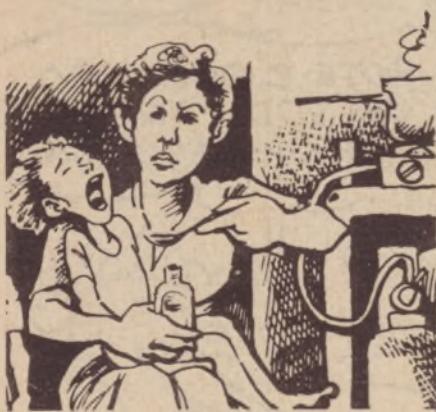
A RAINHA DO LAR...



Há dois anos atrás, as mulheres de um pequeno país que quase ninguém conhecia deram o que falar. Depois de muito pensar e conversar, elas perceberam que ninguém dava valor ao trabalho que elas faziam.

E resolveram então parar de trabalhar um dia. Parou todo mundo: operárias, telefonistas, professoras, secretárias, donas de casa, etc. Isto foi na Islândia. E a confusão que causou no país foi tão grande quanto você pode imaginar.

Mas a confusão mais estranha, que ninguém pensava que fosse acontecer, foi a que resultou do fato de as mulheres também não terem trabalhado em casa. Pra começar, todos os maridos chegaram atrasados ao serviço - alguns nem puderam ir, pra cuidar do bebê e - muitos escritórios e fábricas tiveram que tentar imaginar uma solução para as crianças que os pais tinham levado junto!...



Divertido, não?... Mas, mais que divertido, mostra um pouco do valor que tem um trabalho sempre desvalorizado - o trabalho doméstico. Mas as mulheres estão começando a dizer para o mundo que esta história de que a mulher é a rainha do lar, e que depois que ela casa vive como uma princesa dos contos de fada, é conversa só das novelas. Que, aliás, acabam sempre quando a mocinha casa finalmente com o mocinho, e aí vivem felizes para sempre, e ponto final.

Só mesmo quem tem que acordar mais cedo pra trabalhar em casa até a hora de ir pro emprego, e tornar a trabalhar nela quando volta do escritório ou fábrica, é que sabe da mão-de-obra que aquilo dá. Limpar a casa, lavar e passar roupa, preparar a comida, lavar a louça, ter e cuidar dos filhos, educá-los, cuidar do marido, etc., não só um trabalho que não acaba nunca, como também um trabalho que as pessoas só notam quando não foi feito. E que ninguém valoriza.

Acontece que convém fazer de conta que trabalho doméstico não é trabalho. Porque dá mais lucro pros patrões e para o governo. Quer ver como?

Cuidar da casa economiza dinheiro... pro patrão

O salário mínimo é calculado levando em conta o custo das necessidades mínimas que o trabalhador tem para estar em condições de trabalhar.

Ora, pra poder voltar pro trampo todo dia, você e seu marido precisam de um lugar onde dê gosto descansar até o dia seguinte. Não bastam quatro paredes, uma cama e um teto. A casa precisa estar arrumada e limpa, senão ninguém consegue descansar e pega doenças. Se a esposinha ou a mamãezinha não limpar a casa, de duas, uma: ou o trabalhador vai precisar trabalhar menos tempo fora, pra poder cuidar disso ele mesmo, ou vai ter que contratar uma faxineira. E vai precisar ganhar pelo menos mil cruzeiros a mais para poder pagá-la. Se a mulher fizer esse serviço de graça, o salário pode ser menor.

Não é só a mulher que quer ter filhos

Se todas as mulheres resolverem que ter filho dá muito trabalho, e que o negócio é não tê-los, o mundo acaba quando morrer essa geração. Mas se todo mundo quer, por que é que todo mundo não cuida delas? Se é do interesse de todos que nasçam e cresçam, crianças por que então não temos em número suficiente bons berçários, creches e escolas-gratuitas para toda a população? Afinal, todos pagam impostos, não?...



Só que todo mundo - o rádio, a televisão, as revistas, na escola, o confessor - diz que a gente só se realiza como mulher quando tem filhos, e que a boa mãe é a que se mata pelos seus filhos. «Ser mãe é padecer no paraíso...» mas isto convém a quem?... Certamente, não a quem padece!



O Descanso do Guerreiro

Antigamente, os homens saíam bravamente de casa, montavam em seus cavalos (quem os tinha), iam guerrear e, depois, cobertos de glória, ou derrotados, voltavam para encontrar conforto e admiração nos braços de suas mulheres. Ou consolo...

Hoje, os «guerreiros» modernos saem de casa, amontoam-se nos ônibus, e trabalham o dia inteiro num ritmo insano e muitas vezes sob a bronca do chefe. E levam o cansaço, a raiva, o desafogo para casa. Chegam lá e descarregam tudo na mulher. E isso é bom para o patrão.

Que bom para eles que existam as esposas dóceis, compreensivas, submissas, que servem de... saco de pancada! Que bom para o patrão!

Serão as mulheres amigas da onça?

Não são. Mas acabam fazendo o jogo dos patrões, do poder, porque ainda não perceberam o que isso significa. Pois que dificilmente se encontram para falar de sua situação, e sozinha, cada uma pensa que seu problema é particular!

Mas quando elas se reúnem para discutir, a situação muda.

Na Albânia, as mulheres resolvem «educar» os maridos. E começaram dando para eles tarefas domésticas mais fáceis, do tipo levar as crianças para a creche. E foram diversificando...

Mas quando chegou a hora de ter que imaginar o que fazer para a janta, eles começaram a perceber o quanto aquilo era chato. Daí todo mundo se juntou e passou a ter restaurantes populares em cada esquina, onde se compra a refeição pelo preço do custo, só faltando esquentar a comida em casa.

Em muitos países (França, Itália, Estados Unidos etc.), as mulheres acham que o ideal é mais ou menos isso: restaurante populares e almoço no local de trabalho e nas escolas, lavanderias coletivas, com todo o equipamento, em cada quartelão, para que as pessoas possam lavar gratuitamente a sua roupa; boas creches, escolas e parques infantis; e um serviço coletivo de faxina afinal, limpar as ruas é um trabalho coletivo, onde a própria prefeitura se encarrega de contratar equipes para fazer: porque não fazer o mesmo quanto à limpeza das casas?

Só que, para que isso aconteça, muita coisa tem que mudar. Todo mundo tinha é que estar preocupado com o *ben-estar* do povo, em vez de pensar em economizar mais ou como ficar rico às custas dele.



E isso não vem como presente de Papai Noel: em primeiro lugar, porque ele não existe; e, mesmo que existisse, não adiantaria pedir. Isso, a gente só consegue se começar a conversar, a se reunir para saber quais são os nossos problemas, quem é o responsável por eles, e o que devemos fazer para resolvê-los.

E se as mulheres, que são as principais interessadas, não começarem a se mexer para que todos se preocupem com isso, e mudem essa situação, quem vai fazê-lo?

Rachel Moreno

OS FATOS ESTÃO AÍ

Vitória dos bancários

O Hospital Nossa Senhora da Pompéia S.A., de São Caetano do Sul, está exigindo apresentação do resultado do teste de Pregnosticom, que serve para constatar gravidez, entre os documentos necessários para contratação de funcionários. (Folha de São Paulo-25-02)

A medida contraria o C.L.T. que estabelece: não serão permitidos restrições ao direito da mulher ao seu emprego, por motivo de casamento ou gravidez.

Segundo funcionário daquele hospital, embora o teste de gravidez seja exigido a todas candidatas, a discriminação não é generalizada. Apenas a 3 candidatas de enfermagem e serventes são barradas, se estiverem grávidas.

A Comissão de Funcionários do Banco do Brasil, que organizou e conduziu a luta contra os altos preços das refeições do restaurante da agência Centro (SP) - de Cr\$ 12,50 foi para Cr\$ 18,75 - obteve uma vitória parcial ao final de dezembro. O movimento culminou, em outubro, com um boicote geral ao restaurante o «Dia do Protesto» - que consistiu em convocar todos os funcionários a irem ao refeitório levando marmitas e lanches, em repúdio ao preço das refeições. Após uma série de assembleias onde se discutiu os problemas principais referentes ao restaurante, foram estabelecidos os eixos da luta: a redução do preço e a melhoria da qualidade da comida.

Depois da mobilização dos bancários e de uma série de negociações diretas entre patrões e empregados através de uma

«comissão paritária» (dois representantes do Banco e dois dos funcionários) foi estabelecido um novo preço para as refeições em todas as agências do Banco no País: Cr\$ 6,50.

Embora os preços tenham baixado, o Banco continua pagando a diferença ao concessionário, a qualidade da comida, segundo um membro da comissão, continua péssima, e por isso, «a luta continua». Por outro lado, a diretoria do Sindicato somente nos dias próximos ao boicote é que se prontificou a assumir a luta dos bancários.

Apesar de todos os problemas enfrentados, a Comissão se fortaleceu, travamos outras lutas, como a que estamos levando pela reintegração de um colega demitido sem justa causa, e estamos agora organizando um jornal da Comissão cujo número zero já está pronto.

Barro Branco cada vez pior...

Foi entregue ao presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e enviado ao ministro da Justiça, Armando Falcão, cópia do documento assinado por 22 presos políticos que cumprem pena no presídio da Justiça Militar Barro Branco em São Paulo.

São analisadas ainda, no documento, «as leis repressivas e a Justiça Militar», ressaltando especialmente que «a mais nova Lei de Segurança Nacional alterou substancialmente os dispositivos da anterior e delegou ao Estado poderes irrestritos para reprimir o que entende ser o inimigo interno».

O documento, de 18 laudas, denuncia condições carcerárias, métodos de interrogatório, torturas, ameaças, assassinato de companheiros e desaparecimento de presos políticos, além de torturas a familiares.

No próximo dia 1º de abril será julgada ação de despejo contra a Casa da Universitária de São Paulo, que existe desde 1950 na rua Artur Prado com o objetivo de abrigar universitárias procedentes do interior e carentes de recursos. Há cinco anos elas vêm resistindo ao despejo e reivindicando uma sede própria, com apoio das mais variadas entidades estudantis e de outros setores.

Em abril de 1977 elas organizaram um mutirão em sinal de protesto, pintando a casa de branco. E este ano-dizem elas- será mais um ano de luta na defesa da entidade que é, na verdade, a defesa da ampliação das condições de acesso à educação dos setores mais explorados da população.

Anistia ampla, total e irrestrita

No dia 14 de fevereiro, no auditório da Associação Brasileira-de Imprensa (ABI), no Rio, foi lançado o Comitê Brasileiro pela Anistia, constituindo um significativo avanço com relação aos movimentos que até agora lutavam pela anistia política no Brasil. Em ato público, com a participação de vários setores da população, foi lido o manifesto de lançamento, em defesa «da anistia ampla, geral e irrestrita, por ser esta a única que abrange todas as punições originadas dos atos de exceção, possibilitando a liberação dos presos, a volta dos banidos e exilados, a reconquista dos direitos dos cassados, a revogação das punições arbitrárias etc.».

O manifesto prossegue: «Portanto, não podemos aceitar de forma alguma uma anistia limitada ou parcial, que exclua aqueles que participaram de movimentos armados, pois o objetivo perseguido por eles era exatamente o mesmo daqueles que foram punidos por expressarem suas idéias políticas contestatórias ao regime vigente».

Ciclo de debates

Também na ABI, no dia 20 de fevereiro, foi discutido o tema «A mulher na sociedade», dentro do ciclo de debates promovido pelo Conselho de Entidades Estudantis do Rio de Janeiro. Participaram do debate o jornal «Nós Mulheres», o Centro Brasileiro da Mulher, a Sociedade Brasil Mulher, a União de MÃes, o Comitê Brasileiro pela Anistia e Terezinha de Jesus Zerbini.

Cresce o Movimento do Custo de Vida

Em 1976 as mulheres lançaram um abaixo-assinado às autoridades pedindo controle do custo de vida, aumento dos salários, mais escolas, creches e transportes. Nesse mesmo ano, uma assembléia em São Paulo reuniu 4 mil pessoas para discutir o custo de vida. E o movimento tem continuado a crescer, com reuniões e assembléias em vários bairros, onde os moradores debatem os problemas que os afligem no momento. No dia 12 de março será realizada mais uma etapa do movimento que pretende recolher 500 mil assinaturas dos moradores da cidade de São Paulo.

MOVIMENTO CUSTO DE VIDA

Nós, moradores da Grande São Paulo, resolvemos tomar juntos uma atitude diante das dificuldades que estamos passando. O que estamos exigindo agora é:

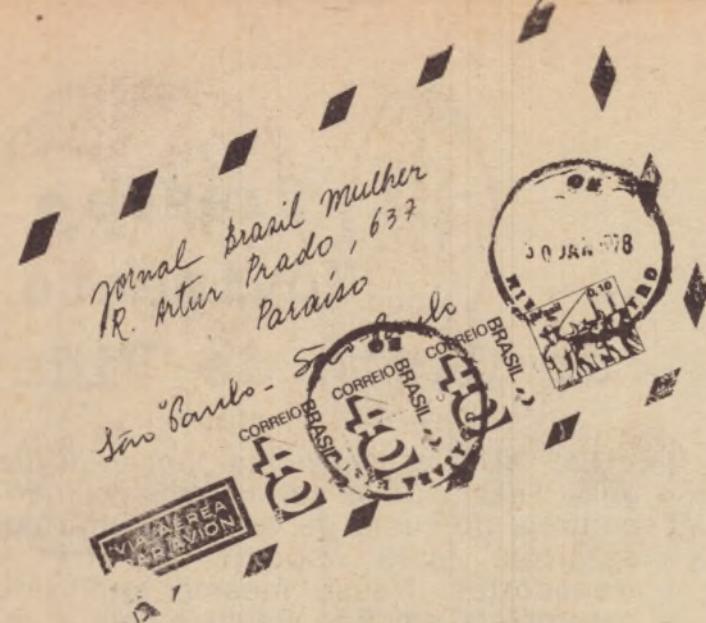
- congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade
- aumento dos salários acima do aumento do custo de vida
- abono salarial imediato e sem desconto para todas as categorias de trabalhadores

Capa do calendário distribuído pelo Movimento

O movimento contra a alta do custo de vida lançará uma campanha no dia 12 de março, aguardando-se a presença de dez mil pessoas quando será reconhecido como entidade representativa, com sede e coordenação. O movimento vem desde 1973, quando mulheres de bairros populares de São Paulo enviaram uma carta às autoridades, relatando as dificuldades de sobrevivência por que passam as famílias dos trabalhadores.

O preço alto dos alimentos e os baixos salários eram as questões levantadas. A carta foi muito comentada, lida no Congresso Nacional, publicada no Diário Oficial, mas o custo de vida continuou subindo. Em 1975 donas de casa, mulheres de trabalhadores, fizeram uma pesquisa de casa em casa, preenchendo um questionário sobre quanto os gêneros de primeira necessidade tinham aumentado de preço mais que os salários.

BRASIL CORREIO



Nos criamos um novo Grupo de Mulheres que está surgindo. Surgindo para tentar fazer alguma coisa em prol da mulher deste país.

Constituímos uma equipe que começou a discutir algumas propostas, com a ajuda de algumas pessoas de fora que trabalham junto conosco. A proposta que elaboramos é a seguinte:

1. Essa situação não pode continuar;
2. Devemos constituir um grupo de mulheres que consiga desenvolver um trabalho mais serio.
 - a) pela mulher do nosso bairro;
 - b) pelo papel e pela participação da mulher no nosso bairro, nas demais comunidades e quem sabe, daqui a algum tempo, no nosso Estado, na Sociedade.
3. Para iniciar, fariamos uma pesquisa no bairro para saber o ocupação da mulher, condições de vida e de trabalho, sugestões para a atuação mais concreta do nosso grupo.
4. Depois da pesquisa iniciariamos uma Campanha de Conscientização da participação da mulher na Sociedade, organização de grupos de discussão e possivelmente um projeto de apoio ao trabalho que poderia ser uma lavanderia comunitária, uma creche ou outra coisa.

Grupo de Mulheres Novo Horizonte — Belém — PA.

MENSAGEM DE NATAL DO RIO DE JANEIRO

Um ano a mais/ não destrói as fibras/ enquanto nossas correntes/ podem estar/ amedrontando os forte/ o silêncio podendo mais que os gritos/ Um ano a mais/ será sempre mais que um ano/ diante de nós/ a vida.

Presas políticas do Presidente Talavera Bruce, Bangui, Rio de Janeiro

CAPORÃ

«Agradecemos ao jornal Brasil Mulher por ter publicado nossa história. Sabemos que isso ocorre no Brasil inteiro, e para a nossa comunidade foi um grande prazer ver a reportagem. Apesar de que as pressões do usineiro pararam por causa do nosso trabalho e

da nossa união, já estamos esperando receber manutenção de posse definitiva, dada pelo juiz da comarca de Pedra de Fogo. Estamos muito gratos pelo noticiário que recebemos através do jornal.»

Comunidade de 120 moradores da Fazenda Retirada, no município de Caaporã, estado da Paraíba.

Depoimento

«Eu posso deixar de trabalhar aqui, mas não é só aqui que tem trabalho. Quando se acaba a terra de Deus, tem as de Nossa Senhora. Vou sair atrás dos meus direitos. Vou direto ao INPS.»

Sairmos e fomos dar parte no INPS. Perguntei lá se tinha direitos ou não. Se só tinha direito de sair da firma com o pulmão cheio de poeira. Ai o INPS disse que trabalha sem direito quem quer pois todos tem os seus direitos. É só procurar. Então fomos na fábrica com a carteira e ela foi assinada. Mas só trabalhemos 15 dias porque os homens tão cheio de ódio de mim. Na fábrica um trabalhador disse: «Não faça isso. Acompanha as outras. Assim a senhor projudica a firma». Já outros disseram: «Vão dizer parte. Ai é mulher indo e voltando».

«Os homens tem carteira assinada, as vezes com quatro meses de trabalho perdido. Só as mulheres que não tem carteira assinada é que eles manda sair. Quando voltamos na fábrica pra assinar a carteira, o contabilista me perguntou: «Por que a senhora foi dar parte da firma?»

«Merecia dar, vocês me expulsaram daqui sem direito nenhum. Naturalmente eu tinha de procurar os meus direitos. O Sr. Vieira também veio me perguntar: «A senhora é forte, hein?». Então eu disse: «Assim como o senhor que trabalha com os direitos que é grande e rico, eu também como pobre preciso dos meus direitos. Não preciso só trabalhar e sair com os pulmões cheios de poeira».

O meu trabalho era tirar o resto do algodão que ficava dentro dos sacos e bater os sacos. Era uma poeira medonha. Esse ano quase que eu morro. Um catarro medonho. Fiquei só com os couros em cima dos ossos. Eu disse ainda pro seu Vieira que eu não tava exigindo nada dele nem do doutor, mas só o que era meu.

A depois que assinaram a carteira, trabalhemos mais quinze dias e eles pediram a carteira pra dar baixa, e deram indenização 415 cruzeiros. As duas mulheres receberam na fábrica, mas eu não quis receber.

Vivência feminina do Sílvio

UMA CRÍTICA DE PARIS

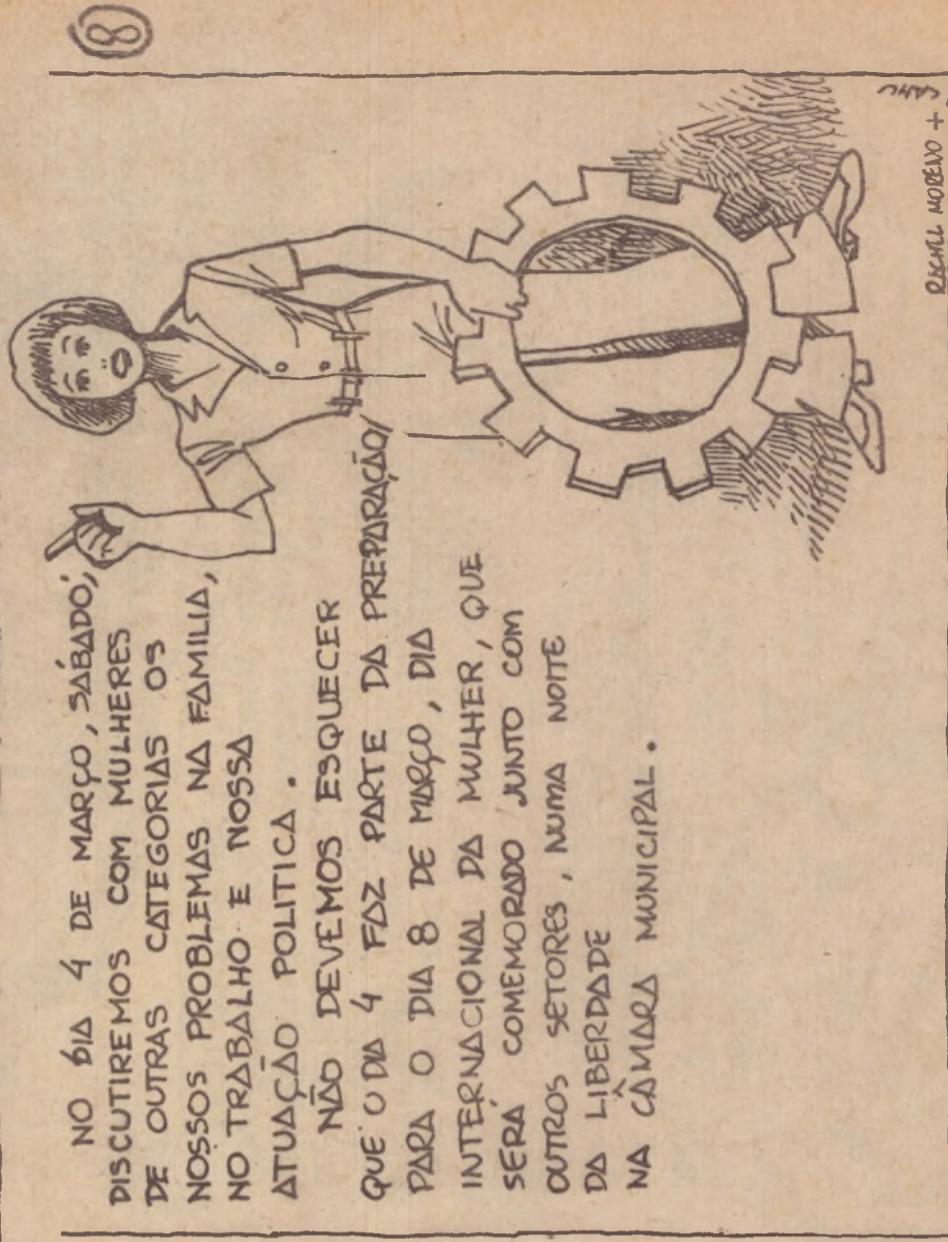
«Somos um grupo de Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e queremos expor nosso ponto de vista sobre o Brasil Mulher, especialmente no que se refere ao comunicado publicado em abril de 1977, onde vocês afirmam que a luta pela emancipação da mulher «faz parte da luta pela libertação do homem». Compreendemos a libertação da mulher ligada à de todos os indivíduos. Mas será que não cabe à mulher um papel particu-

lar nessa luta? (...) Que só ela, sofrendo uma opressão específica, saberá reivindicar seus verdadeiros direitos? (...) Questões que nos dizem respeito, como contracepção, aborto, tarefas domésticas, podem fazer parte de uma reivindicação de homens e mulheres? Achamos que não! Homens apoiarão eventualmente essas reivindicações. Mas elas são nossas e só nós poderemos conduzir a luta...»





E ASSIM, NO CONGRESSO ...



DONAL MORENO +